



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete do vereador Celso Giannazi

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº

Convoca consulta pública, via plebiscito, sobre a
desestatização da Companhia de Saneamento
Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º A Câmara Municipal de São Paulo convocará consulta plebiscitária sobre a
desestatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por
conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Celso Giannazi
Vereador - PSOL

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO***Gabinete do vereador Celso Giannazi***JUSTIFICATIVA**

Trata-se de proposta de decreto legislativo com a finalidade de se consultar a população paulistana acerca da sua concordância com a privatização da SABESP.

A consulta pública, via plebiscito, é prevista na legislação municipal como meio democrático de participação popular em questões importantes da cidade.

A SABESP possui 3,2 milhões de ligações de água e 2,9 milhões de ligações de esgoto na Capital e isso representa 45% do faturamento da estatal.

Por exigência contratual, a Estatal destina 7,5% de sua receita bruta na Capital para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Em 2022 a SABESP destinou R\$ 640 milhões para este fundo.

São inúmeros exemplos de privatização que falharam no objetivo de melhorar a prestação de serviço e reduzir o preço das tarifas como no fornecimento de energia elétrica na Capital pela ENEL e no Serviço Funerário, recém privatizado no município. Em ambos os casos as empresas concessionárias têm oferecido à população serviços precários, promovendo os sentimentos de decepção e indignação.

Em diversas partes do mundo as privatizações dos serviços de água e saneamento já começam a ser revertidas. Na França, em 2008, uma auditoria contratada pela Prefeitura de Paris constatou que a privatização do serviço custava caro, que houve grandes aumentos de tarifa e que houve falta de controle oficial, o que denominaram de “opacidade das contas”. Movimento semelhante é visto em países como Estados Unidos da América, Reino Unido, Espanha e Alemanha que constataram aumentos abusivos de tarifas e o descumprimento da promessa de universalização do serviço de água e esgoto.

No Brasil, algumas cidades já experimentaram esse modelo de oferta de serviço público, através de empresas privadas, e o resultado foi um desastre, fazendo que as gestões municipais iniciassem a reversão do processo e desse início à reestatização dos serviços de água e saneamento. Podemos citar os exemplos de Manaus/AM e Itu/SP.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO***Gabinete do vereador Celso Giannazi*

Sob a gestão da concessionária privada, o saneamento básico do município paulista foi marcado pela falta de transparência na prestação dos serviços de água e esgoto, incluindo o aumento de tarifas, sucateamento de equipamentos e grave racionamento de água, além da não realização prometida da universalização.

Tendo em vista a possibilidade do aumento das tarifas de água e esgoto na cidade de São Paulo, além da precarização da oferta do serviço público, necessário e democrático o processo de oitiva dos munícipes que serão impactados com essa mudança na política pública.

Diante do exposto, submeto aos Nobres Pares a análise e apoio a esta proposta legislativa.